

## COM JUSTIÇA POÉTICA: TRÊS MOMENTOS DA POESIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA COM CONCEIÇÃO EVARISTO, CRISTIANE SOBRAL E ADRIANE GARCIA

---

ROSICLEY ANDRADE COIMBRA\*  
SUSYLENE DIAS DE ARAUJO\*\*

### RESUMO

Análise de poemas selecionados de três poetisas brasileiras contemporâneas: Conceição Evaristo, Cristiane Sobral e Adriane Garcia. Parte-se do pressuposto de que a poesia é ação diante dos impasses da realidade social. A ideia de “justiça poética” (PELLEJERO, 2017) servirá como percurso de leitura dos poemas selecionados e será lida como a negação de um ponto final no traçado da história. Nesse sentido, a literatura cria espaços para reflexões acerca de problemas sociais originários de questões históricas não resolvidas. Pode-se dizer que as poetisas substituem uma licença poética pela ideia de justiça poética, mais ativa, convidando o leitor a uma reflexão sobre direitos humanos e democracia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Resistência. Justiça. Poesia. Direitos Humanos. Democracia.

---

– *nossos poemas conjuram e gritam* –  
Conceição Evaristo

*Protestando contra a violência*  
*Que reine a resiliência*  
*porque vamos encher a terra com nossos filhos*  
Cristiane Sobral

---

\* Doutor em Letras pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Professor Colaborador na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Cassilândia, Brasil. E-mail: rosicleycoimbra@yahoo.com.br. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-2206-4801>

\*\* Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Professora Efetiva da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Campo Grande, Brasil. E-mail: suylyene@uems.br. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-4562-6096>

*Decepem-nos duas, nasceremos quatro  
Temos o treino, a expertise, a inteligência  
Dos secularmente derrotados.  
Adriane Garcia*

Em “O direito à literatura”, Antonio Candido destacou situações nas quais o escritor abertamente se posiciona diante de uma questão que inquieta a sociedade. Esse posicionamento seria a base de uma “literatura empenhada” que se preocuparia em expor o nó de um impasse ou mesmo em expor a negação desse impasse. Segundo Candido, o escritor poderia partir “de posições éticas, políticas, religiosas ou simplesmente humanísticas” e assim exprimir suas convicções; ou partir de “certa visão da realidade” imprimindo em sua obra uma “tonalidade [abertamente] crítica” (CANDIDO, 2011, p. 183). Nos dois casos a perspectiva adotada pelo escritor seria determinada por um dever ético e por um ideal de justiça.

E ainda, uma literatura empenhada estrategicamente buscaria concertar-se com um tom preocupado em desvelar e denunciar arbitrariedades, mas sem se converter em panfleto. Além disso, a posição adotada pelo escritor criaria oportunidades para que questões sobre os direitos humanos também fossem tratadas pela ótica da literatura. No entanto, chama atenção Candido, essa ênfase na função social da literatura precisaria encontrar um equilíbrio com a forma literária, evitando não só o risco do panfletário mas também o de se transformar em documento.

Nos dias de hoje, perguntar pela função da literatura é buscar uma saída para a inserção da arte na esfera da utilidade. Os escolhos colocados pelo utilitarismo têm sido um dos principais atravancamentos da aproximação do poeta com o público. Apesar de ser uma questão que demanda muita reflexão, algumas possíveis respostas aparecem no decorrer de um trabalho crítico. Mesmo que em um primeiro momento figure como uma inquietação da teoria da literatura, essa indagação acerca da função da literatura norteia o crítico ao fazer a análise um livro de poemas, por exemplo. Quando a questão recai sobre a poesia, o problema

parece se desdobrar para além do poema e respingar na figura do poeta. Entretanto, é a partir de uma concepção (mesmo que provisória) de função da poesia e do poeta que o crítico pode construir uma ideia de justiça e de direitos humanos. Em outras palavras, a defesa de valores acessíveis a todos, enfaticamente feita pelo poeta, norteia o trabalho do crítico que busca identificar que valores são esses.

Para Carlos Felipe Moisés, “[a] poesia nos ensina a submeter permanentemente o já visto [...], em eterno confronto com o simulacro da ‘perfeição’ imposta pela ideia sectária e utilitarista de uma sociedade esvaziada de memória, consagrada ao consumo e à descartabilidade de todas as coisas” (MOISÉS, 2019, p. 42). Adotando essa concepção de função da poesia – a de que ela nos ensina a ver e/ou a submeter o já visto a uma re-visão –, gostaríamos ainda de suplementá-la com outra ideia. A poesia também serve para desvelar as injustiças sociais por meio de um olhar de viés. Ou seja, o poema não mostra nada e não diz o que fazer, mas procura direcionar o olhar e o pensamento do leitor a uma reflexão sobre a própria realidade. Além disso, esse olhar ajudaria a recuperar um pouco do antigo prestígio da poesia e do poeta junto ao público.

Gostaríamos ainda de reforçar essas ideias aproximando-as de uma outra, a de “justiça poética”, proposta por Eduardo Pellejero (2017). Delineamos a partir daí um caminho mais seguro para falar de uma função da poesia enquanto literatura empenhada sem cair no panfletário. Justiça poética é uma forma de “exceder o alcance da justiça histórica num sentido ético-político”, ou mais especificamente, é uma maneira de arrancar “o tempo de seu curso” e abrir “espaço para a reconsideração do visto e ouvido, do dito e do estabelecido, impugnando qualquer decisão de não inovar” (PELLEJERO, 2017, p. 3). Acrescentemos ainda que justiça poética pode ser vista como uma abertura forçada nos discursos oficiais, excedendo o ponto final dado pela história. Uma vez que o poder não gosta de aberturas, mas de fechamento e clausura, a literatura se colocaria como uma recusa a um ponto final. Nessa perspectiva, ela deve ser vista como um “movimento contínuo, que dobra sob a forma de uma busca infinita a

consciência trágica da nossa finitude”, pois é “pensada sob o signo de uma abertura sem clausura possível” (PELLEJERO, 2017, p. 3).

Dessa forma, tomando a literatura como movimento e abertura, propomos neste trabalho comentar três momentos da poesia brasileira contemporânea em três poetisas mulheres: Conceição Evaristo, Cristiane Sobral e Adriane Garcia. A hipótese que procuraremos desenvolver é a de que essas poetisas rasuram a história e abrem brechas onde se pretende legitimar um discurso fechado. Cada uma à sua maneira substitui a velha licença poética por uma posição mais ativa, buscando realizar antes de tudo justiça poética. Conceição Evaristo, Cristiane Sobral e Adriane Garcia introduzem corpos estranhos nos discursos da história, ou seja, trazem à tona corpos rejeitados e apagados que reclamam um lugar de direito em um Estado democrático.

Os ecos e as fantasmagorias emanados dessa poesia colocam em suspeita os simulacros de uma ordem sustentada no silenciamento e no apagamento do outro. As vozes que ecoam dos poemas submetem os discursos hegemônicos a um olhar crítico e reflexivo por parte do leitor. Além disso, igualmente notamos um trabalho no qual as esferas da ética, da estética e da política convergem no sentido de contribuir e reforçar as bases da democracia. E ainda coloca-se em questão não apenas os direitos humanos negados às minorias, mas também o direito a ter direito e quem é o sujeito do direito. Em outras palavras, a poesia trazida por essas poetisas insere um tropo bastante presente na literatura brasileira contemporânea, o *dissenso*. Segundo Leila Lehnen, “o dissenso pode revelar as exclusões que caracterizam qualquer formação social”, servindo também para “desafiar a estrutura dominante” (LEHNEN, 2018, p. 16).

Nesses termos, uma literatura que se caracterize pelo tropo da dissidência carrega em si uma potência, a de participar da democracia expandindo-a em seu âmbito simbólico. Posto que a democracia seja definida pelo dissenso, introduzir vozes dissonantes significa seu fortalecimento. A partir do momento em que essa literatura introduz

“vozes diferentes, incluindo [aqueles] sujeitos que muitas vezes são ofuscados pela ordem hegemônica” (LEHNEN, 2018, p. 16), dilata-se o conceito estreito e conservador que se quer dar à democracia.

O trabalho das poetisas selecionadas para este trabalho, e que buscaremos mostrar a seguir, caminham na contramão da história hegemônica. O grito que encontramos nos poemas não é mais para mostrar aquilo que todos já sabem. Pelo contrário, grita-se para mostrar que não é mais possível ser indiferente às arbitrariedades geradoras de exclusão. A militância é o que caracteriza as três poetisas como figuras públicas, mas ao mesmo tempo essa militância volta-se para a poesia, rasgando o véu da indiferença. Nesse sentido, há um engajamento literário que luta com e contra palavras, contra palavras institucionalizadas e contra palavras estereotipadas. Busca-se fazer justiça usando as palavras que um dia foram proibidas. É também trabalho da justiça poética ressignificar o que outrora fora alijado pelo discurso dos vencedores, como nomes, imagens e corpos. Nesse sentido, a palavra é o ponto de partida.

1.

Rasurar a história a partir da recuperação de memórias e vivências descartadas. Sem dúvida, esse é o trabalho desempenhado pela poesia de Conceição Evaristo. A memória é o moto contínuo de sua obra e congrega suas “escrevivências” para transformá-las em literatura:

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana. (EVARISTO, 2020, p. 30)

O livro *Poemas da recordação e outros movimentos*, de 2017, já em seu título atesta essa presença de um eu marcado pela vivência e pela

experiência<sup>1</sup>. A poesia aparece inicialmente como forma de reestabelecer uma ligação com as matrizes da ancestralidade, religando a poeta com uma simbólica mãe África: “Do meu rosário eu ouço os longínquos batuques/ do meu povo” (EVARISTO, 2021, p. 43). Essa mesma memória, que ecoa nos batuques ancestrais e no desfiar do rosário, também “transmuta-se em tinta”, “guia o dedo” e “insinua a poesia” (EVARISTO, 2021, p. 43).

Assim, a poesia de Conceição Evaristo vai tocando nas feridas abertas do “corpo-solo de um povo” (EVARISTO, 2021, p. 36) continuamente violentado sob o olhar indiferente do Estado. Onde a justiça falha, a poeta prossegue (e persegue) “outras falas,/ aquelas ainda úmidas,/ vozes afogadas/ da viagem negreira” (EVARISTO, 2021, p. 89), convocando-as para sua poesia. Além disso, ecoa nessa poesia uma multiplicidade de “vozes-mulheres” (EVARISTO, 2021, p. 24), que reúnem ao sagrado “sangue-mulher” um fio de “nossa milenar resistência” (EVARISTO, 2021, p. 26). Posto isso, podemos dizer que todos os versos de Conceição Evaristo são marcados pelo signo da resistência, pois a poeta sente que “é preciso eternizar as palavras/ da liberdade ainda e agora” (EVARISTO, 2021, p. 89).

Mas em Conceição Evaristo a poesia também é herança. Herança da mãe que ensinou “a fazer da palavra artifício/ arte e ofício do meu canto/ da minha fala” (2021, p. 80). Nesse trabalho de arte e ofício, cuja memória está em ação, vozes perdidas são recuperadas pelo trabalho poético: “amasso o silêncio [...] / solto o grito do grito do grito/ e encontro a fala anterior,/ aquela que, emudecida,/ conservou a voz e os sentidos/ nos labirintos da lembrança” (EVARISTO, 2021, p. 83). Recupera-se uma voz silenciada pelo esquecimento através de uma religação com uma matriz ancestral, traduzindo-lhe em seguida os sentidos. Feito isso, essa voz é representificada pelo poema, isto é, torna-se presente e viva.

---

<sup>1</sup> A escrevivência está presente em toda sua obra. *Becos da memória* (2006) é um romance que explora a memória desde suas primeiras páginas. Além desse livro, Conceição Evaristo é dona de uma obra narrativa de importância inegável, como o romance *Ponciá Vicêncio* (2003), os livros de contos *Insubmissas lágrimas de mulher* (2011), *Olhos d'água* (2014), *Histórias de leves enganos e parencas* (2016) e o mais recente, o romance *Canção para ninar menino grande* (2022).

Assim, nos *outros movimentos*, conforme sugerido pela segunda parte do título de seu livro, encontramos o mesmo rosário sendo desfiado, mas agora para desafiar as velhas mazelas de um Brasil que insiste em negar sua face violenta. Dessa forma, podemos até dizer que são dois os movimentos que coordenam a obra de Conceição Evaristo. Há um primeiro, estritamente poético, que reúne imagens da memória ancestral e é trabalhado pela paciência: “quero mascar,/ rasgar entre os dentes,/ a pele, os ossos, o tutano/ do verbo,/ para assim versejar/ o âmago das coisas”, porque “há mundos submersos,/ que só o silêncio/ da poesia penetra” (EVARISTO, 2021, p. 122). Esses versos representam a arte poética de Conceição Evaristo. A imagem que se tem é a do instante da prefiguração, acompanhando de uma reflexão que penetra nas palavras procurando descobrir outros sentidos. É este o momento que podemos chamar de *poiésis*, isto é, momento da produção, do fazer poético.

Há ainda um segundo movimento, que busca fazer justiça a essas vozes e memórias. É o tempo de conjurar versos, tempo em que o “silêncio mordido/ rebelde e revela/ nossos ais”, fazendo com “que a alva cidade,/ de seu imerecido sono,/ despert[e] em pesadelos” (EVARISTO, 2021, p. 84). Aqui a poesia alcança a esfera pública e quebra o silêncio, fazendo ouvir aquelas vozes silenciadas. Bem mais que um grito de revolta, é também um grito que reclama por uma liberdade prometida. Nesse movimento de acordar não apenas as vozes adormecidas, mas também quem precisa ouvi-las, resgata-se vozes e ecos de uma gente massacrada por séculos de opressão e as insere na história: “a dor ressurgente revisitada” (EVARISTO, 2021, p. 16), e conjuga assim “o tempo de todas as dores” (EVARISTO, 2021, p. 85).

O poema “Certidão de óbito” pode ser tomado como exemplar de como nosso passado mal resolvido clama e reclama por um espaço outro na história, um espaço de reflexão e resgate:

Os ossos de nossos antepassados  
colhem as nossas perenes lágrimas  
pelos mortos de hoje.

[...]

A bala não erra o alvo, no escuro  
um corpo negro bambeia e dança.  
A certidão de óbito, os antigos sabem,  
veio lavrada desde os negreiros. (EVARISTO, 2021, p. 17)

Assim como outrora, corpos negros continuam sendo destruídos e vidas negras continuam não tendo importância para comporem o corpo político. Hoje não mais diretamente pelas mãos de senhores de escravos, mas pela convivência do Estado. Algumas marcas desse passado ainda seguem impressas na pele. A pele, conforme sugerido pelo poema, é o alvo. Mas de onde vem essa bala que não erra o alvo, mesmo no escuro? Esse questionamento fica ressoando no poema como um eco que também deve impregnar os ouvidos do leitor. Ao mesmo tempo, uma outra pergunta surge, atravessando a leitura: de quem é a responsabilidade? Sabemos quem são as vítimas, e indiretamente quem são os culpados, mas oficialmente os culpados nunca possuem rostos ou nomes.

O olhar lançado por Evaristo insere uma brecha em certos discursos que naturalizam a violência. As causas são (e estão) evidentes, mas insiste-se em desviar o olhar. Ou melhor, o discurso conciliador deliberadamente ignora as causas e força (e reforça) uma antiga e esbatida ideologia, a da democracia racial. No entanto, como apontado em outro poema, a “cor negra zagaia/ feriu a branca consciência/ de uma democracia racial/ nula e vil” (EVARISTO, 2021, p. 57). Essa zagaia perfura os simulacros dessa ideologia ao convocar figuras como Abdias Nascimento, “Zumbi eternizado”, símbolo de luta e resistência.

Em outro poema, “Favela”, é a imagem do medo que se faz presença constante na vida de quem vivem em uma comunidade. O medo surge como o fantasma que assombra quem sabe desde que nasce que é um alvo. Estar na favela, lugar periférico designado e destinado às minorias, não significa estar seguro:



Barracos  
montam sentinela  
na noite.  
Balas de sangue  
derretem corpos  
no ar.  
Becos bêbados  
sinuosos labirínticos  
velam o tempo escasso  
de viver. (EVARISTO, 2021, p. 45)

O poema se divide em três partes, fazendo com que cada uma evoque uma imagem. No entanto, a imagem de “balas de sangue [que] derretem corpos no ar”, e que ocupa o centro do poema, captura toda a atenção. A violência contra as favelas e seus moradores se transforma em espécie de *punctum* no poema e prende nosso olhar. Essa imagem atrai e convida o leitor a uma reflexão. A força da linguagem obriga a imaginação a recompor um cenário povoado pela violência de corpos sendo abatidos. Essa imagem é um testemunho da insignificância atribuída a esses corpos, reforçada pelos versos finais que revela a brevidade dessas vidas: “tempo escasso de viver”. Nesse sentido, Conceição Evaristo inscreve em sua poesia imagens de ruptura com qualquer forma de conciliação com os discursos que tentam ocultar essa realidade. Enquanto testemunha viva disso, não se pode negar o poder de sua voz ao dizer nas entrelinhas do poema que a violência vem de fora.

Também em “Da conjuração dos versos” encontramos o medo de ser um alvo cujo atirador nunca erra:

E pedimos  
que as balas perdidas  
percam o nosso rumo  
e não façam do corpo nosso,  
os nossos filhos, o alvo. (EVARISTO, 2021, p. 85)

Aqui o tom parece ser de uma oração. Novamente o poema toca no problema da violência que destrói corpos. Nesse sentido, o corpo negro

torna-se tema recorrente na poesia de Conceição Evaristo. No entanto, o título do poema evoca uma força possível na coletividade. A conjuração vai além dos versos e conjura também todos os corpos que padecem pela opressão física e simbólica do silenciamento e do apagamento. O tom de coletividade é reforçado pelo pronome “nosso”, presente em outros momentos do poema: “o nosso verbo solto/ conjugou antes/ o tempo de todas as dores”, “e hoje o anverso/ da mudez é a nudez/ do nosso gritante verso/ que se quer livre” (EVARISTO, 2021, p. 85). Versos que conjuram, que conclamam à união e à resistência. São versos que “mordem o silêncio” e provocam outros gritos.

Uma outra imagem que permeia o poema, mas que se origina a partir da imagem de corpos sendo destruídos, é a de que há um corpo político que despreza esses outros corpos. Ou seja, dentro da construção de uma ideia de democracia, nem todos os corpos participam. Reforça-se aqui a ideia esboçada no início deste trabalho, a de que a dissidência que a literatura contemporânea traz introduz vozes outras na esfera dos discursos, fortalecendo a democracia como espaço para o plural e o contraditório. O espaço aberto pelos poemas insere reflexões profundas sobre direitos humanos, sobretudo quando a questão que se levanta é: quem tem direito a ter direito?

2.

A imagem que mais se evidencia na poesia de Cristiane Sobral é a revolta. Mas não se trata de uma revolta sem propósito, mas sim de uma revolta construtiva: “Mais que um minuto de silêncio/ Um minuto de desordem/ É preciso subverter a ordem” (SOBRAL, 2017, p. 74). Essa subversão da ordem começa pela conquista de espaços antes interditados e sua transformação em outros espaços.

Em 2017, o XV Congresso Internacional da ABRALIC, intitulado *Textualidades Contemporâneas*, trouxe como convidada Cristiane Sobral. O auditório, repleto de pessoas, aguardava suas palavras de resistência. Naquele momento, o Brasil atravessava um de seus capítulos mais

desastrosos no cenário político, tendo por presidente da República uma figura impopular. Essa lembrança é necessária para pensarmos em um contexto muito propício para que artistas como Cristiane Sobral e Daniel Munduruku, outro convidado do congresso, fossem tão ansiosamente ouvidos.

Fazer parte do maior congresso da área de Letras do país, e assim apresentar-se ao crivo da academia, poderia ser o grande passo para qualquer poeta em busca de projeção. Porém, para uma escritora como Sobral, que desde o início da carreira esteve envolvida em causas sociais, esta seria apenas mais uma forma de aproximar-se de seu público. Nascida no Rio de Janeiro, residente e erradicada em Brasília desde o início da década de 1990, formou-se em Interpretação Teatral pela Universidade de Brasília, tornando-se a primeira atriz negra oriunda da Instituição. A partir dos anos 2000, aprofundando-se em temas sociais e ampliando sua atuação como atriz, passou a colaborar com a publicação coletiva dos *Cadernos Negros* em várias edições, dividindo sua arte entre os palcos e as páginas impressas, incluindo uma coluna na *Revista Brasiliense Tablado* e diversas aparições em vídeos, televisão e cinema. A primeira produção individual e autoral é de 2010. *Não vou mais lavar os pratos* é um livro com poemas de grande repercussão, especialmente pelo que nomeia o livro que fez com que a autora se tornasse aclamada e reconhecida<sup>2</sup>.

Como podemos perceber, o que está contido na trajetória artística e pessoal de Cristiane Sobral é a busca por um lugar ao sol na literatura e também por justiça, seja ela poética ou literal. *Terra Negra*, livro de 2017, abre-se com uma epígrafe da artista, teórica e ativista antirracista

---

<sup>2</sup> As demais publicações vieram a lume a partir de 2014. *Espelhos, miradouros, dialéticas da percepção*, de 2014, é assim apresentado pela página Literafro, da UFMS: “narrativas curtas voltadas para os dramas cotidianos da juventude negra e periférica”. Em 2014, publica *Só por hoje vou deixar o meu cabelo em paz*, “em que retoma seu projeto de uma poesia afro-brasileira empenhada em tocar nas mazelas do racismo estrutural presente entre nós”. Em 2016, é a vez dos contos de *O tapete voador*, e no ano seguinte *Terra negra*. “Para divulgar aquilo que escreve, tem interpretado textos em cidades como Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Desde 1998, trabalha como Assessora de Cultura para a Embaixada de Angola.” (Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/203-cristiane-sobral>. Acesso em 20/05/2023).

estadunidense bell hooks, retirada de *Vivendo de Amor*, na qual encontramos o tom do discurso de Sobral. No trecho de hooks, o amor próprio, expresso como fio condutor, *leitmotiv* da vida, é o sentimento que transforma a vida das mulheres negras, impulso que vai da identidade pessoal ao encontro ancestral. Em síntese, o amor cura. Reforça a importância dessa obra o prefácio “A carta da terra”, da também escritora Elisa Lucinda, que destaca a “cadência cênica” do livro e a presença da “voz de uma mulher negra [...] que se nega ao silenciamento” (LUCINDA apud SOBRAL, 2017, p. 12).

Na sequência, a orquestração poética entre a letra e a voz de Cristiane Sobral se transforma em poesia e o protagonismo da mulher negra se revela ao mesmo tempo em que se rebela contra os mais variados tipos de exploração histórica e de imposições do racismo e do machismo estrutural da sociedade brasileira.

Do conjunto poético de *Terra Negra*, no qual a lírica de Cristiane Sobral problematiza a (in)justiça, a reparação necessária e a revolta, dentre outras questões, selecionamos alguns poemas, que são cuidadosas peças representativas do rol da poesia afro-brasileira contemporânea. Tais escritos, resultantes de escolhas que afastam a produção de Cristiane Sobral de qualquer tipo que se renda ao estereótipo de tipos ou de lugares historicamente reservados à mulher negra, desconstróem expectativas e padrões equivocadamente estabelecidos e certamente avançam em uma perspectiva de reparação por intermédio desses discursos.

Passamos então à leitura de “Alforria”, “Acertando as contas”, “Resistência”, “Em luto, em luta!” e “Justiça”. No primeiro poema, em tom de decreto já nos versos iniciais, a voz feminina proclama: “Não vou mais cuidar do senhor/ Agora quero um tempo comigo” (SOBRAL, 2017, p. 39). Distanciando-se da poesia da primeira metade do século XX, a mulher de “Alforria”, na linhagem ancestral de “Essa negra Fulô”, de Jorge de Lima (1980), tem muito mais força e potência para dizer não à servidão e assim reverter o quadro da submissão dando lugar a versos que se traduzem como voz insurreta: “Eu tenho outras coisas pra fazer” (SOBRAL, 2017, p. 39).

Na sequência do poema, ao longo de seis estrofes, demonstrações de autocuidado da mulher que vai viver o seu próprio tempo para admirar-se no espelho, tomar banho gostoso, pois agora, no século XXI, alforriada de todos os grilhões – “Serei muito mais do que você pensa” (SOBRAL, 2017, p. 39) –, se reconhece como alguém que compreende as manipulações do discurso. Agora é livre, inclusive do ponto de vista da sexualidade, afirmando como lema de quem compreende a brevidade da vida e opta pelo amor: “A vida é curta para não desfrutar do amor” (SOBRAL, 2017, p. 40).

Em “Acertando as contas”, a justiça pede passagem e dessa vez a referência é explícita. O poema é um triste recorte de um fato que abalou o país em julho de 2013, quando o pedreiro Amarildo Dias de Souza foi vítima de policiais militares que o abordaram na porta de sua casa na comunidade da Rocinha, no Rio de Janeiro, e o conduziram à sede da Unidade da Polícia Pacificadora do Bairro, última ocasião em que foi visto antes de ser considerado desaparecido. No poema, o eu poético dá voz ao filho de Amarildo, Romeu, órfão de uma vítima da tortura e do abuso de autoridade da polícia. Em busca de resposta e de justiça, o filho, que clama por um acerto de contas, se apresenta como alguém carente de cuidados: “Eu sou filho do Amarildo/ Acho que você matou meu pai/ Vou morar na sua casa/ Você vai cuidar de mim até o meu paizinho chegar” (SOBRAL, 2017, 58). O ponto alto do poema fica por conta do “você”, uma espécie de interpelação ao Estado, responsável pela morte de Amarildo.

Na sequência do poema, por mais quatro estrofes, o que se lê é a reivindicação poética de quem foi vítima do Estado, fazendo ecoar o nome de Amarildo. Em tempo, do ano de publicação do poema (2017) até o ano da elaboração deste artigo (2023), a morte de Amarildo foi confirmada, mas ainda não houve nenhuma forma de reparação à família. A voz de seu filho ainda ecoa pedindo justiça, como nos versos de Cristiane Sobral: “Você vai cuidar de mim/ Até essa dor passar” (SOBRAL, 2017, p. 58). Enquanto desaparecido, Amarildo, sem corpo para a família viver o luto, permanece como presença/ausência, convertido em mais um fantasma a assombrar nossa “democracia racial”.

Em “Resistência” e “Em luto, em luta!”, dispostos em páginas sequentes do livro, a justiça poética segue ativamente, rasurando imagens cristalizadas. São dois poemas exemplares de ruptura do silenciamento da voz da mulher negra quando o texto literário lhe garante lugar de pertencimento por meio de uma estética que lhe seja peculiar. Embora diaspórica, essa poesia que se conecta com a ancestralidade conclama todas as mulheres a estarem vivas e de unhas vermelhas, em nome do prazer: “Protestando contra a violência/ Que reine a resiliência/ porque vamos encher a terra com nossos filhos” (SOBRAL, 2017, p. 73).

Poderíamos dizer que os dois poemas são, na verdade, um só, pois conforme enunciamos, estão dispostos um na sequência do outro e a ordem proposta, em tom narrativo, nos lembra que aquelas que resistem também lutam, até mesmo no luto, pois não há tempo de esmorecimento no campo de batalha da vida: “Nos dias de luto seguirei lutando/ cantarei um canto doído, profundo/ Levando ao meu útero o húmus dos meus ancestrais/ Com a certeza daqueles que um dia voltarão/ Rasgando o ventre desta grande mãe” (SOBRAL, 2017, p. 74).

Como podemos perceber, nos dois poemas destaca-se o relato da experiência feminina pautada pela resistência da mulher negra. Quando a imposição pela resiliência é mais intensa em relação ao que se passa na vida das mulheres brancas, a validação do discurso se torna necessária, especialmente porque o discurso em destaque, no melhor dos modelos da “escrevivência” proposta por Conceição Evaristo, se realiza de fato. Em síntese, são dois poemas que, do ponto de vista estético e político, colocam em cena a perspectiva de quem assume sua própria vivência como revelação do sujeito capaz. Nesse sentido, são de fato poemas que se sustentam na escrevivência, pois são claramente

um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. (EVARISTO, 2020, p. 30)

Finalizamos nossa seleção com o poema “Justiça”, no qual Cristiane Sobral não precisa de mais do que três versos para invocar mais de 100 anos de reparação histórica devidos pelo capítulo do tempo da escravidão no Brasil: “Lá no céu/ não encontrei/ a Princesa Isabel” (SOBRAL, 2017, p. 76). Bem diferente de “Irene no Céu”, poema de Manuel Bandeira (1990), publicado em 1936, a voz poética aqui mais uma vez clama por justiça. Ao chegar ao céu, o eu lírico não vê a Princesa Isabel, logo, depreende-se que a história é um engodo. Da mesma forma, não haverá pedido de licença a São Pedro, branco e bonachão ao chegar no céu. Tudo o que a mulher negra da poesia de Cristiane Sobral quer se resume no título do poema: Justiça! E essa justiça passa pela desconstrução de certas imagens históricas, como a da Princesa que libertou um povo escravizado e por isso todos lhe devem gratidão.

A revolta que se depreende dos poemas de Cristiane Sobral é contra estruturas cristalizadas que se impõem como verdades históricas. Nesse sentido, seus poemas abalam essas estruturas ao tocarem na clausura e sacralidade de certas figuras históricas, em certos acontecimentos dolorosos e vergonhosos.

3.

Com cerca de dez livros publicados até o momento<sup>3</sup>, Adriane Garcia tem se destacado no cenário da poesia brasileira contemporânea como uma voz potente da nova geração de poetas mulheres. Militante ativa, sua poesia se detém, na maioria das vezes, sobre a realidade imediata, recortando-a e recriando um lirismo que parece reverter o poder encantatório da poesia tradicional. Não se trata de seduzir e dispersar o olhar do leitor. Pelo contrário, carregada de sutilezas, a poesia de Adriane

---

<sup>3</sup> Adriane Garcia lançou seu primeiro livro em 2013, *Fábulas para adulto perder o sono*, e desde então tem sido constante suas publicações: *O nome do mundo* (2014), *Só, com peixes* (2015), *Enlouquecer é ganhar mil pássaros* (2015), *Embrulhado para viagem* (organização de Ana Elisa Ribeiro e Bruno Brum) (2016), *Arraial do Curral del Rei: a desmemória dos bois* (2019), *Eva-proto-poeta* (2020), *Estive no fim do mundo e me lembrei de você* (2021) e *A bandeja de Salomé* (2022).

Garcia faz com que uma realidade oculta vá aparecendo conforme a leitura dos poemas. É o que acontece em *Garrafas ao mar* (2018), livro que comentaremos a seguir.

Trata-se de um livro carregado de imagens do cotidiano e de acontecimentos que, obscurecidos na vida real por certa lógica mercadológica da novidade, caem logo no esquecimento. Porém, por trás de toda a atmosfera prosaica que paira sobre seus poemas jaz um “Um incômodo/ Atravessado na/ Garganta”, uma clara consequência dessa “vida que criamos” e transformamos em uma “espinha de peixe” (GARCIA, 2018, p. 139). Diante dessa imagem não há como o leitor ficar impassível e não sentir também ele um travo na garganta.

O tom de *Garrafas ao mar* é dado pela negação do poema como sublimação: “Este poema não vai/ melhorar o trânsito” (GARCIA, 2018, p. 152). Da mesma maneira, a tradicional figura do poeta também perde sua posição de superioridade e indiferença: “Não espere a correção do poeta/ O poeta é torto, empenado” (GARCIA, 2018, p. 56). O tom do poema é drummondiano, vale mencionar de passagem. Isso significa que não será a poeta ou um poema que resolverão os problemas do mundo. Como observa Carlos Felipe Moisés, “[a] poesia não é a saída, [ela] apenas aponta caminhos” (MOISÉS, 2019, p. 120). Ponto de vista semelhante encontramos em José Guilherme Merquior ao dizer que a arte deve “sublinhar a necessidade do gesto político”, exigido em nos nossos dias, mas isso não é razão para que a poesia ‘se rebaixe a uma mera indicação de tarefas’, posto haver uma herança que a proíbe a tanto (MERQUIOR, 2013, p. 233). Mas essa postura não significa a transformação da poeta em ser alienado de sua realidade. No caso de Adriane Garcia, o olhar do eu lírico não fica imóvel diante da violência que testemunha, como no poema “Eu vi”:

Eu anunciei o fim da vida  
Enquanto um enorme  
Gafanhoto  
Parado no ar procurava



O autor da bala perdida  
Encontrada no corpo do  
Pequenino  
Vendedor de biscoito  
De polvilho

[...]  
Sob a bola de fogo  
Chorei  
Porque poetas não ficam em riste  
Feito profetas  
E tombam  
Ante o fim do mundo  
E choram (GARCIA, 2018, p. 81)

O olhar é o mecanismo que capta e registra o acontecimento. O eu lírico não se coloca como um demiurgo ou como alguém que tem a solução para os problemas do mundo. Antes, posiciona-se como um observador atento, deixando-se afetar pelo que vê. O poema é o registro desse olhar que procura despertar uma posição nitidamente crítica no leitor. Essa estratégia, além de aproximá-lo de quem precisa, recuperando nisso uma dimensão coletiva da poesia, procura desautomatizar o olhar para o evento configurado pelo poema. Recortado do cotidiano violento, matéria explorada pelos telejornais sensacionalistas, o poema busca aproximar leitor e poeta pelo olhar, mas sem armá-lo de uma interpretação unívoca. O que se procura é despertar no leitor um outro olhar, um olhar reflexivo. No caso de “Eu vi”, o problema é o das balas perdidas cujo alvo é definido pela exclusão da participação na esfera democrática. Da mesma forma, a infância perdida é trazida como uma imagem negativa que o poema recupera.

A negação que mencionamos anteriormente é a recusa de um “lirismo bem comportado”, como diria Manuel Bandeira (1990) em sua “Poética”, e a busca de um lirismo que seja libertação do olhar reificado. Não se trata de uma poesia cuja fonte seja “aquelas palavras/ Poéticas por

excelência/ Todas beijadas por/ Colibris orvalhados”, que entram em nossa casa “cheias de/ Cerimônia/ E se sentam/ Demonstrando nojo/ Pelo seu sofá” (GARCIA, 2018, p. 39). Ou seja, trata-se de uma recusa ao conformismo das palavras e das imagens poéticas estáticas de uma tradição esgarçada pelo uso. A poesia de Adriane Garcia, ao contrário, vai cantar uma “Pátria pútrida querida”:

Minha pátria pútrida

[...]

Oh, Terra do Quase

Erguida sobre o assassínio

De Pindorama

Incansável pútrida

Vendendo meninas nas estradas

Cobrindo de poeira

Os nossos olhos” (GARCIA, 2018, p. 54).

O lirismo de libertação manifesta-se no tirar a venda do olhar sobre o que acontece nesta terra enlameada. Nesse canto, a voz que ecoa é o sopro que procura limpar os olhos e fazer enxergar as iniquidades numa terra onde os “desgraçados multiplicam-se” enquanto os hipócritas mamam, diz a poeta no mesmo poema (GARCIA, 2018, p. 54). Essa imagem de um país putrefato merece um comentário mais detido. Nele fica evidente uma rasura da imagem de uma nação igualitária e justa, como aquela criada pelos românticos e transformada em ideologia pela história oficial. O título do poema, “Em berço esplêndido”, é uma clara referência à letra do Hino Nacional, mas seus versos se contrapõem a qualquer imagem de grandeza. Pois é abjeta a exploração, a corrupção e a violência: “Tua movediça lama de rios atolados/ Vale, por minérios e trinta moedas” (GARCIA, 2018, p. 54). A exuberância da natureza e sua riqueza entram em um processo de submersão pela lama da ganância. Não seria forçoso afirmar que a imagem do “berço esplêndido”, martelada no imaginário

popular desde o romantismo, provocou uma cegueira para as contradições que caracterizam nossa realidade desde os tempos coloniais.

É essa mesma imagem que ecoa em outros poemas, juntamente com a de que a poesia não é a resposta ou a solução: “A literatura escoou/ Para algum bueiro// Meu trabalho eu só fiz torcer/ Para não me trazer imprevistos” (GARCIA, 2018, p. 62). É preciso bem mais que um poema para salvar o Brasil. O máximo que a poesia pode fazer é mostrar “um exemplo de *atitude*” que será “recriada pelo leitor, à sua medida e não à medida do poeta” (MOISÉS, 2019, p. 120).

Assim, a poesia de Adriane Garcia revive casos nos quais o poder do capital interfere diretamente no andar da justiça. A palavra “Vale” é uma referência mais que explícita à companhia Vale do Rio Doce, responsável por centenas de mortes em desastres ambientais nos últimos anos. A justiça para as famílias das vítimas e para os sobreviventes se arrasta até hoje. As “trinta moedas” se multiplicam e transformam a responsabilidade judicial em um jogo de forças marcado pela hipocrisia e pelo interesse.

Em outro poema, “Habib’s”, o tom se modifica para uma outra realidade violenta. Recupera-se um acontecimento de 2017, quando um adolescente foi morto em frente a uma franquía da empresa Habib’s em circunstâncias claramente suspeitas. Laudos apontaram violência física, mas a empresa antecipou-se emitindo notas sobre as prováveis causas da morte em uma clara tentativa de manipular a opinião pública e se resguardar da responsabilidade. Porém, o poema rasga essas versões desconstruídas e aponta um problema que está para além da demagogia e do sensacionalismo televisivo:

O menino foi surrado  
Mas não foi de surra que morreu

O menino estava faminto  
Mas não foi de fome que morreu

Surrado e faminto  
O coração do menino parou

(há quem duvide que o coração  
seja comum a todos os meninos  
como discutiram um dia  
se havia alma em negros e índios)

O menino morreu de uso  
De uma droga de drogas análogas  
O menino tinha treze anos

Há muitos meninos assim  
Com fome, surrados, sem alma  
Que sofrem paradas cardíacas  
Sem antes possuir coração  
Que se drogam com drogas análogas  
E em cujo laudo se carimba  
“Existência ilícita”. (GARCIA, 2018, p. 57)

A rasura nas versões oficiais apontam também prováveis causas: a omissão do Estado. Ao mesmo tempo toca-se na complexidade da violência cometida contra minorias em tempos coloniais e que reverbera até hoje. O verso final sintetiza a ideia de que alguns corpos teriam mais peso e importância que outros na construção dessa nação; evidencia também que algumas existências seriam legítimas, ao passo que outras não. A pergunta que o poema deixa pairando no ar é: quem decide isso? Ou melhor: quem assina o laudo atestando que se trata de uma “Existência ilícita”? Novamente, é também ao leitor que cabe essa reflexão. Esse poema não deixa de nos remeter ao poema “Certidão de óbito”, de Conceição Evaristo, no qual fica claro que essa violência “veio lavrada desde os negreiros” (EVARISTO, 2021, p. 17).

Na sequência de “Habib’s” há outro poema que pode ser lido como continuação deste. Trata-se de “Dos monstros aniquiladores”:

Tranco meninos num gueto  
O gueto da infância perdida  
Depois tranco o gueto nas grades  
Da desdita

Nada educo ou brinco  
Assalto direitos num susto  
Feito um leviatã  
Injusto. (GARCIA, 2018, p. 58)

Aqui a perspectiva do eu lírico se inverte. Ao invés de expor um acontecimento, como em “Habib’s”, com tom crítico acentuado, temos uma confissão. Alguém assume a culpa pela infância perdida de meninos trancados em guetos, como o que fora assassinado na frente do Habib’s. Aqui a voz é a dos “monstros aniquiladores”. Incerta, porém reveladora, essa voz nos coloca diante de um impasse: exigir justiça ou querer vingança? O poema deixa ao leitor essa decisão. No entanto, essa emulação da voz dos culpados é estratégica e busca recuperar o silêncio providencial dos responsáveis. O objetivo parece ser o de desnaturalizar problemas que parecem sem solução, como o da infância perdida. Para isso, é preciso forçar os culpados a falarem e admitirem a culpa.

O anonimato dos culpados é sempre uma constante na realidade do Brasil. Quando não são protegidos por uma estrutura que os acolhe, o inverso do que acontece com as vítimas, são protegidos da opinião pública. É nesse sentido que o poema a ser analisado a seguir parece ser espécie de libelo contra uma estrutura que oprime e dita os rumos da justiça.

“A despeito de”, dedicado à Marielle Franco, é marcado pelo tom de denúncia e ao mesmo tempo é uma convocatória à resistência:

Mesmo não havendo esperanças  
Agiremos como se houvesse  
Jamais a adesão total  
Ao mal, ao funesto, ao terror

Liberdade continuará pronunciada  
Sobre ou sob as mordças  
Daremos trabalho, sempre  
Como hidras de duas cabeças

Decepem-nos duas, nasceremos quatro

Temos o treino, a expertise, a inteligência  
Dos secularmente derrotados. (GARCIA, 2018, p. 60)

Verbos como “agir”, “continuar”, “dar”, “nascer”, conjugados no futuro do presente, convocam à ação, ou seja, chamam para uma resistência que só se concretizará com a coletividade. Talvez os casos Marielle Franco e Amarildo sejam os mais emblemáticos e reveladores das entranhas da violência no Brasil. Nos dois casos, a morosidade da justiça, acorrentada pelos interesses individuais, tenta se apoiar no esquecimento. No entanto, hoje, a consciência das vítimas, dos sobreviventes, dos familiares das vítimas não deixa que caiam no esquecimento. Por mais que tudo pareça contribuir para isso, Marielle e Amarildo tornaram-se símbolos de resistência. E os poemas de Adriane Garcia e Cristiane Sobral confirmam isso. Inscritos na poesia, abrem sempre uma brecha nas políticas de esquecimento. Como hidras de duas cabeças, conforme os versos de Adriane Garcia, novas cabeças (ou diríamos novas consciências?) vão nascendo, irrigadas pelo sangue que jorra das cabeças decepadas. Assim, “a despeito de” toda tentativa de silenciamento e de apagamento segue-se na luta, na resistência, fazendo justiça poética.

Quando buscamos uma função para a poesia, nos deparamos com alguns impasses. O primeiro é uma ideia que fixou a poesia como algo para ser experimentado individualmente; o segundo impasse diz respeito ao fato de ser, enquanto gênero cuja presença de um eu poético confunde-se com a pessoa do autor, difícil separar o que é intuitivo do que é objetivo. No entanto, a poesia pode ser pensada como as duas coisas ao mesmo tempo. Assim, retomando o que diz Antonio Candido sobre a função humanizadora da literatura, pois poesia é antes de tudo literatura, podemos tecer algumas conclusões acerca deste trabalho.

Enquanto força, energia que se traduz em movimento que impede que discursos se cristalizem, a literatura nos humaniza no sentido que nos aproxima uns dos outros, fazendo-nos reconhecer que temos todos algo em comum, a humanidade. Posto isso, somos levados a refletir sobre os problemas da vida, sobre a complexidade do mundo e sobre as falhas no

tecido social. Nesse ponto, a literatura nos coloca diante de impasses nos quais somos obrigados a fazer escolhas: ser indiferente ou lutar para que o mundo seja um lugar melhor.

No caso da poesia, há um duplo movimento. Ela não busca apontar caminhos, conforme já dito, mas nos ajuda a viajar pelo prazer. A viagem proporcionada pela poesia é sem preocupação com o desembarque. Nesse sentido, o movimento desejado pela poesia é o da deriva, pois ela nos convida a um navegar contínuo. Conforme Carlos Felipe Moisés, “[a] poesia nos ajuda a conviver com nossa interioridade”, mas sem que para isso seja necessário nos isolarmos. Ela nos ajuda como uma “experiência decisiva, que conduz à sintonia com o mundo em redor” (MOISÉS, 2017, p. 121). Torna-nos mais humanos e nos devolve ao tecido social. E é nesse ponto que a poesia de Conceição Evaristo, Cristiane Sobral e Adriane Garcia toca.

Se o excesso de informação e de imagens nos torna indiferentes à realidade, a poesia das poetisas analisadas aqui nos devolve uma outra realidade, muito mais real, diríamos. Seus versos rasgam o véu dos discursos conciliadores cobrando justiça. Instaure-se um tempo de justiça poética. E a partir do momento em que se percebe a força da literatura como abertura, percebe-se também que ela contribui não só para a justiça, mas também para o fortalecimento das instituições democráticas.

WITH POETIC JUSTICE: THREE MOMENTS OF CONTEMPORARY BRAZILIAN POETRY WITH CONCEIÇÃO EVARISTO, CRISTIANE SOBRAL AND ADRIANE GARCIA

ABSTRACT

Analysis of selected poems by three contemporary Brazilian poets: Conceição Evaristo, Cristiane Sobral and Adriane Garcia. It starts from the assumption that poetry is action in the face of the impasses of social reality. The idea of “poetic justice” (PELLEJERO, 207) will serve as a reading path for the selected poems and will be read as a denial of an full stop in the plot of history. In this context, literature creates spaces for reflections on social problems originating from unresolved historical issues. We can say that the poets replace a poetic license

with the idea of poetic justice, more active, inviting reflection on human rights and democracy.

KEYWORDS: Resistance. Justice. Poetry. Human Rights. Democracy.

CON JUSTÍCIA POÉTICA: TRES MOMENTOS DE LA POESÍA BRASILEÑA  
CONTEMPORÁNEA CON CONCEIÇÃO EVARISTO, CRISTIANE SOBRAL Y  
ADRIANE GARCIA

RESUMEN

Análisis de poemas seleccionados de tres poetas brasileñas contemporáneas: Conceição Evaristo, Cristiane Sobral y Adriane Garcia. Parte del supuesto de que la poesía es acción frente a los callejones sin salida de la realidad social. La idea de “justicia poética” (PELLEJERO, 2017) sirve como camino de lectura para los poemas seleccionados y será leído como la negación de un punto final en la trama de la historia. En este sentido, la literatura crea espacios de reflexión sobre problemas sociales que se originan a partir de cuestiones históricas no resueltas. Podemos decir que los poetas sustituyen una licencia poética por la idea de justicia poética, que es más activa, invitando a los lectores a la reflexión sobre los derechos humanos y la democracia.

PALAVRAS CLAVE: Resistencia. Justicia. Poesía. Derechos Humanos. Democracia.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários escritos*. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2011.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2021.

EVARISTO, Conceição. A escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). *Escrivência: a escrita de nós:*



reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FERREIRA, Vera Lúcia da Silva Sales. Cristiane Sobral. *Literafro* – o portal da literatura afro-brasileira. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/203-cristiane-sobral>. Consultado em: 20/05/2023.

GARCIA, Adriane. *Garrafas ao mar*. Guaratinguetá/SP: Penalux, 2018.

LEHNEN, Leila. Direito à poesia. In: DALCASTAGNÈ, Regina, DUTRA, Paula Queiroz, FREDERICO, Grazielle. *Literatura e direitos humanos*. Porto Alegre: Zouk, 2018.

LIMA, Jorge de. *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MERQUIOR, José Guilherme. Responsabilidade social do artista. In: *Razão do poema*. São Paulo: É realizações, 2013.

MOISÉS, Carlos Felipe. *Poesia para quê? A função social da poesia e do poeta*. São. Paulo: Editora Unesp, 2019.

PELLEJERO, Eduardo. Justiça poética: a literatura além do ponto final. *Caderno de Leituras*. Edições Chão de Feira, n. 59, Março de 2017.

SOBRAL, Cristiane. *Terra negra*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

---

Submetido em 30 de maio de 2023

Aceito em 01 de agosto de 2023

Publicado em 24 de setembro de 2023

---